

COLIGAÇÃO: PSD e PSB

Nome da coligação: DEUS, ITAÚNA, FAMÍLIA, LIBERDADE.

Candidato a Prefeito

MAURÍCIO NAZARÉ

Candidato a Vice-prefeito

SARA MARCELA

Eleição 2024

INTRODUÇÃO

Conquanto o Plano de Governo contendo propostas a serem implementadas, seja uma formalidade da Lei 9.504, ele é de suma importância pois demonstra a visão presente e o olhar sobre o futuro do Município.

Um governo, por meio de seu Plano a ser apresentado à Justiça Eleitoral, não pode fixar suas metas para apenas quatro anos, mas amparado em uma postura republicana e de Estado, deve estabelecer metas que pensem a cidade nos dias atuais, mas que se perceba a importância da intergeracionalidade, ou seja, pensar o futuro, construir o futuro.

Ademais, além de se estabelecer propostas objetivando atender aos problemas imediatos, o Plano há que se sustentar na ideia de que o município existe para as gerações atuais e para as gerações futuras.

Nesse diapasão além de metas para o presente e para o futuro, há que se construir um município assentado na sustentabilidade.

A sustentabilidade deve estar apoiada no tripé: econômico, social e ambiental.

As propostas apresentadas deverão de perseguir a sustentabilidade, em seu sentido amplo, a responsabilidade com a atual e futuras gerações, o bem-estar dos cidadãos e o compromisso expresso com a modernidade administrativa.

Registre-se ainda que durante o período de campanha eleitoral este Plano será aperfeiçoado com a participação dos mais diferentes segmentos da população itaunense. Ela será a protagonista, apontando correções, sugerindo, ou seja, tendo voz ativa na formulação das políticas públicas republicanas que se pretende.

Posteriormente este Plano, ou Programa, será objeto de enquadramento com metas a serem perseguidas e com indicadores palpáveis para serem mensurados e avaliados.

Por outro lado é importante registrar que os eixos apresentados isoladamente são para registro e para facilitar a leitura. No entanto é preciso deixar explícito que a administração pública moderna trabalha todos esses temas de maneira holística, com uma visão global, e com metodologias intersetoriais.

EIXOS

SAÚDE

“Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença.” (ONU)

Importante destacar que a saúde é um dos pilares da seguridade social e direito de todos e dever do Estado.

Não sem sentido, a saúde é o primeiro eixo a ser abordado. Direito fundamental de todos os munícipes e dever do Município, em ações integradas com os demais entes da Federação e da sociedade civil.

Insta observar que o eixo “saúde” terá um leque onde estejam interligados e não independentes:

- concepção holística;
- intersetorialidade;
- empoderamento;
- participação social;
- equidade;
- ações multiestratégias;
- sustentabilidade.

Propostas:

- Implantar o PROGRAMA SAÚDE INTELIGENTE, que contemplará ações como: Prontuário Eletrônico, Telemedicina, Integração eletrônica entre as unidades de saúde, o pronto atendimento do HM GSM e a Farmácia Básica.
- Discutir e implantar junto com o Conselho Municipal de Saúde e profissionais da saúde medidas de fortalecimento e melhorias contínuas à atenção primária, secundária e terciária.
 - Desenvolver programas em saúde mental.
 - Fortalecer os programas de saúde bucal.
 - Promover campanhas permanentes relacionadas à prevenção e educação em saúde.
 - Fortalecer as ações de Vigilância em Saúde: epidemiológica, sanitária e ambiental;
 - Estreitar as relações com a Casa de Caridade Manoel Gonçalves de Souza Moreira.

EDUCAÇÃO

"É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança" (Provérbio africano)

O Município apresenta bons índices nas avaliações externas como o IDEB e o ENEM, sendo este último uma decorrência natural da base educacional construída no Ensino Fundamental.

O desafio é não apenas manter os índices como também e sobretudo melhorá-los.

A educação deve ter um caráter republicano o que significa garantia de acesso, permanência e sucesso.

Propostas

Ampliar o número de vagas em creches por meio da instalação de novas unidades, mediante parcerias com o governo federal e com as entidades filantrópicas e da sociedade civil.

- Implantar no município o Programa de Escolas Cívico-Militares.
- Implementar as metas constantes no Plano Decenal Municipal de Educação.
 - Promover melhorias contínuas nas estruturas físicas das unidades municipais de ensino.
 - Modernizar as atividades rotineiras das unidades de ensino com

diários eletrônicos, “lousas digitais”, tablets e outras ferramentas.

- Expandir a oferta do tempo integral nas escolas da rede municipal;
- Valorizar os profissionais da educação.
- Reformular e atualizar o Estatuto dos Profissionais Municipais da Educação.
- Garantir a alimentação escolar de qualidade com acompanhamento de nutricionista.
- Garantir o transporte escolar aos estudantes da zona rural.

SEGURANÇA PÚBLICA

Sentir-se seguro para viver, para produzir, para descansar...

Segundo a dicção da Constituição Federal, em seu artigo 144, a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. O município como ente estatal e subnacional, tem o ser dever e ao mesmo tempo seus governantes têm a responsabilidade na matéria. Inegável que a responsabilidade alcança também a sociedade civil, empresas e todos aqueles que atual no âmbito do Município. Assim não pode o Governo Local omitir-se em uma questão tão séria como a da segurança pública.

Propostas

1. Implantar o Plano Municipal de Segurança Pública com a participação das secretarias municipais, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Entidades de Classe, Polícia Civil e Polícia Militar.
2. Planejar, implementar, monitorar e avaliar projetos para prevenir o crime e reduzir o sentimento de insegurança dos seus cidadãos.
3. Implantar a Guarda Municipal.
4. Implantar nas escolas municipais projetos educacionais voltados à cultura da paz e de conscientização sobre os efeitos do uso de drogas.
5. Implantar o programa de videomonitoramento.
6. Desenvolve campanhas que alcancem todo o município sobre prevenção à violência em todas as suas formas.

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Um por todos e todos por um...

A Lei Orgânica da Assistência Social é o norte para que se estabeleçam as metas alcançadas. Segundo esse diploma legal, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de

Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

Assim sendo cabe ao Município executar projetos que atinjam o proposto na legislação e para isso desenvolverá um conjunto de ações próprias e outras tantas em parceria com o Governo Estadual, com o Governo Federal e com o grande e imprescindível parceiro que é a sociedade civil organizada.

Propostas:

Desenvolver programas que contemplem:

1. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
2. o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
3. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
4. a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
5. a defesa de direitos, garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
6. a manutenção dos equipamentos da rede de assistência social como CRAS e CREAS;
7. o fortalecimento dos conselhos que têm interface com a assistência e o desenvolvimento social;
8. campanhas de captação de recursos, tendo como exemplo a dedução do Imposto de Renda;
9. Fortalecer as parcerias com empresas, entidades de classe e as organizações constituídas da civil para ampliação dos serviços de promoção social.

ESPORTES E LAZER

Mens sana in corpore sano

Indiscutivelmente o esporte e o lazer tem um papel de suma relevância na sociedade. Por meio deles e com eles há melhorias na saúde, seja física ou mental. Também são inegáveis os reflexos positivos na segurança pública por meio da prevenção. Por isso tanto os esportes quanto o lazer são tópicos importantes neste Programa de Governo.

Propostas

- Revitalizar os espaços esportivos existentes no município.
- Fortalecer as “escolinhas de esportes” tanto da zona rural quanto

da zona urbana.

- Incentivar os campeonatos e torneios das variadas modalidades.
- Apoiar os atletas itaunenses.
- Promover campeonatos e torneios esportivos, sejam coletivos ou individuais.
- Captar recursos para a construção de quadras poliesportivas e campos de futebol.
- Rediscutir, em parceria com o Conselho Municipal de Esporte e associações, clubes e entidades esportivas, a política municipal do esporte;
- Desenvolver em parceria com a comunidade e com a sociedade civil programas de lazer nos bairros e comunidades rurais;
- Incentivar o esporte paralímpico;
- Incentivar o voluntariado esportivo.

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

“Um país não muda pela sua economia, sua política e nem mesmo sua ciência; muda sim pela sua cultura.”

Herbert de Souza (Betinho)

A Lei Federal 14.835 estabelece que a cultura, em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, é um direito fundamental do ser humano, e o Estado deverá prover as condições indispensáveis ao pleno exercício dos direitos culturais, podendo sua ação ser complementada ou suplementada pela atuação da iniciativa privada para essa finalidade.

Nesse diapasão pretende-se envolver os produtores culturais, a iniciativa privada e os fruidores das manifestações culturais na construção do Plano Municipal Decenal de Cultura.

Propostas

1. Construir com a participação de agentes culturais, de fruidores e da iniciativa privada o Plano Municipal Decenal de Cultura;
2. Desenvolver programas de conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural do município;
3. Dar apoio técnico, financeiro e profissional aos criadores, aos artistas, aos trabalhadores das áreas técnicas e aos demais profissionais que atuam nos diversos segmentos que compõem o setor cultural;
4. Proteger e incentivar as manifestações das culturas populares;
5. Fortalecer o Fundo Municipal de Cultura;
6. Instituir sistema municipal de financiamento à cultura por meio do fundo municipal de cultura, de natureza contábil ou financeira, com garantia de recursos para o seu funcionamento;

7. Realizar e incentivar a realização de eventos e manifestações culturais;

8. Capacitar os produtores culturais com visão estratégica em econômica criativa;

9. Realizar busca ativa para cadastramento de todos os artistas, artesãos e produtores culturais do município;

10. Fortalecer os órgãos colegiados que tenham interface com a cultura do município.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E DE RENDA

“A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.” — Adam Smith

Gerar renda, seja através do empreendedorismo, seja por meio do emprego é fundamental para a dignidade da pessoa humana. Programas assistenciais não podem ser perenes, têm que ser um suporte em momentos delicados. Por isso esse Programa de Governo dedica um espaço para alinhar propostas para que haja desenvolvimento econômico do município e para que o munícipe tenha renda com dignidade.

Propostas

1. Criar a sala do empreendedor rural;

2. Agilizar o processo de competência do Município em relação à abertura de empresas;

3. Desenvolver políticas públicas de atração de empresas;

4. Incentivar a criação de pequenas agroindústrias e cooperativismo;

5. Implantar um Programa de Apoio ao Comércio Local em parceria com as entidades de classe;

6. Implantar cursos livre de empreendedorismo e educação financeira tanto para a rede de ensino quanto para as organizações da sociedade civil;

7. Desenvolver programas de apoio às iniciativas voltadas para a economia criativa.

TURISMO

*“Não só transforma a sua mente,
O TURISMO muda o rumo da sua história”
Rinaldo Pedro*

Há que se aproveitar as características do Município quanto a

localização geográfica, cultural, econômica e religiosa e traçar um ousado plano de incentivo ao turismo.

Propostas

1. Construir um centro de eventos;
2. Apoiar o turismo religioso;
3. Apoiar o turismo de negócios;
4. Elaborar um novo Plano Municipal de Turismo.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

“A sustentabilidade é uma questão de vida ou morte para a humanidade.” – Jacques Cousteau

Os municípios tem tido exemplos de como as mudanças climáticas têm afetado o cotidiano das pessoas e dos governos. Por isso qualquer Programa de Governo não pode prescindir do devido cuidado com o meio ambiente. Aliás, o meio ambiente ecologicamente equilibrado foi alçado à condição de direito fundamental no texto constitucional.

Propostas

1. Garantir que todas as ações da Prefeitura de Itaúna estejam fundamentadas no tripé da ASG (Governança, ambiental e social);
2. Fortalecer o setor de meio ambiente da Prefeitura Municipal;
3. Desenvolver campanhas permanentes de educação ambiental;
4. Desenvolver campanhas permanentes de coleta seletiva e reciclagem;
5. Incentivar o uso de energia renovável em residências e empresas mediante redução no IPTU;
6. Ampliar as áreas verdes;
7. Implantar um Plano de Mobilidade sustentável;
8. Reflorestar e recuperar áreas degradadas;
9. Estabelecer o monitoramento da qualidade do ar;
10. Incentivar a agricultura urbana e hortas comunitárias;
11. Adotar uma política de compras sustentáveis para o município.

MOBILIDADE

“A cidade é uma máquina de viver, e a mobilidade é sua respiração.” Lúcio Costa

É preciso pensar o município para o cidadão, para as pessoas. Pessoas que se movem de casa para o trabalho, de casa para as unidades

de ensino. Assim, tanto a área urbana quanto a rural necessitam de um olhar cuidadoso da Administração Pública quanto a mobilidade.

Propostas

1. Elaborar e implementar o plano municipal de mobilidade com ampla participação dos atores envolvidos;
2. Incentivar os moradores a cuidarem das calçadas para facilitar seu uso pelos transeuntes, inclusive com adaptações para pessoas com deficiência;
3. Incentivar o uso de combustíveis não poluentes pela frota municipal;
4. Incentivar a mobilidade ativa (ciclovias, bicicletários, deslocamentos a pé);
5. Garantir aos usuários o direito de participar do planejamento, da fiscalização e da avaliação da política local de mobilidade;
6. Ordenar o trânsito objetivando a sustentabilidade, a segurança na locomoção, a acessibilidade a pessoas com deficiência e a economicidade tanto do poder público quanto dos usuários.

GESTÃO

*A maior necessidade de um Estado é a de governantes corajosos.
Johann Goethe*

Além dos instrumentos previstos na legislação pátria, como o PPAG, a LDO e a LOA, pretende-se implantar metas exequíveis e indicadores, com planejamento estratégico e tático.

Ademais pretende-se uma Gestão 5.0 concatenada com as ferramentas mais modernas de gestão.

Não se pode olvidar, também, a obediência aos princípios da gestão pública, como aqueles elencados no artigo 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

Propostas:

1. Implementar plataformas digitais para facilitar o acesso do usuário dos serviços públicos;
2. Implantar o Programa “Itaúna – Cidade Inteligente”;
3. Implantar plataforma para participação popular em tempo real;
4. Fomentar parcerias com startups e empresas de tecnologia (GovTech) para melhorias contínuas da gestão pública;
5. Implementar a Escola de Governo e Administração Pública para capacitação permanente dos servidores públicos;
6. Implantar gratificação aos servidores públicos considerando cursos, produtividade, proatividade e desempenho das funções;
7. Valorizar os servidores públicos;

8. Atualizar o Estatuto do Servidor Público.

GOVERNANÇA PÚBLICA

Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo.

Peter Drucker

A Governança Pública é tema dos mais importantes pois apresenta mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Essa conceituação pode ser vista, inclusive na legislação federal.

Não basta ter gestão, os tempos modernos e a legislação recomendam que a gestão seja avaliada, direcionada e monitorada. Eis o tripé da governança.

Propostas

1. Garantir o equilíbrio de poder e a segregação de funções na tomada de decisões críticas;
2. Apoiar os programas de integridade pública;
3. Implantar o programa de compliance;
4. Assegurar a transparência e publicidade das ações governamentais;
5. Garantir a accountability;
6. Manter atualizada a Carta de Serviços aos Usuários e dar ampla divulgação dela;
7. Realizar pesquisas de satisfação com os usuários do serviço público;
8. Atualizar e divulgar o Código de Ética.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL URBANO E RURAL

Boa sorte é o que acontece quando a oportunidade encontra o planejamento.

Thomas Edison

A Administração Pública Municipal deve enfrentar os problemas cotidianos de maneira firme e assertiva mas não pode olvidar o “amanhã”. Faz-se mister planejar a cidade não apenas para os próximos anos, mas sim, para as próximas décadas. Este é o papel do planejamento territorial urbano

e rural.

Pensar o município para que seja sustentável, resiliente e inclusivo. Este é o propósito a ser perseguido.

Propostas

1. Implementar medidas que garantam o desenvolvimento sustentável de áreas urbanas e rurais;
2. Implementar melhorias contínuas nas vias de circulação urbanas e rurais;
3. Revisar o ordenamento territorial urbano e rural com ampla participação da sociedade civil;
4. Adotar as ferramentas do Programa Cidade Inteligente no planejamento territorial;
5. Criar e preservar áreas verdes em parceria com as comunidades e empresas;
6. Desenvolver junto com a Defesa Civil planos de gestão de riscos e desastres naturais;
7. Fortalecer a participação popular na tomada de decisões sobre planejamento territorial.

HABITAÇÃO

O direito à moradia é a porta de entrada para outros direitos...

É cediço que a habitação é um direito universal, desde a Carta da ONU de 1948, e foi alçada a direito fundamental na Constituição de 1988. Entretanto o direito à moradia não se resume a um teto e a quatro paredes. Perpassa implicitamente pelo direito à dignidade. Por isso propõe-se não apenas a construção de moradias mas também a execução de outras medidas.

Propostas

1. Estabelecer convênios com o Governo Federal e com o Governo Estadual e parcerias público-privadas para a construção de moradias;
2. Regularizar imóveis;
3. Buscar parcerias para revitalização e reforma de imóveis de pessoas em situação de vulnerabilidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

"Não há limite para o que nós, como mulheres, podemos realizar." Michelle

Obama

É fundamental políticas públicas para as mulheres, considerando que ainda persistem desigualdades salariais, desigualdades na política e infelizmente há a persistência da violência contra elas.

Propostas

1. Ouvir o Conselho Municipal da Mulher na elaboração de políticas públicas;
2. Fortalecer a rede de apoio às vítimas de violência;
3. Ampliar e melhorar o setor de saúde da mulher;
4. Promover em parcerias programas de qualificação profissional voltado a mulheres;
5. Criar programas de apoio ao empreendedorismo feminino;
6. Ampliar o número de vagas em creches;

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS

Deixem vir a mim as crianças e não as impeçam...

Jesus

Necessário se faz cuidar bem das crianças para que se tenha uma sociedade ética, responsável, cidadã. Assim é de suma importância que existam políticas públicas específicas direcionadas a elas.

Propostas

1. Fortalecer os conselhos municipais que atuam com crianças;
2. Implantar o Orçamento Criança;
3. Ampliar o número de vagas em creches;
4. Garantir ensino público de qualidade, com alimentação saudável e transporte na área rural;
5. Equipar as praças com brinquedos para as crianças;
6. Garantir matrícula nas “escolinhas de esportes”;
7. Garantir e propiciar espetáculos infantis nos espaços culturais existentes, seja por meio da Prefeitura, seja por meio da iniciativa privada;

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES

A construção do futuro começa agora. Ela se chama juventude.

As juventudes são diversas e sempre estiveram presentes nos momentos mais importantes do país. A elas devem ser destinadas políticas públicas.

Propostas

1. Fortalecer o Conselho Municipal da Juventude e ouvi-lo na tomada de decisões;
2. Garantir o ensino de qualidade na rede municipal de ensino aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental;
3. Desenvolver programas de empreendedorismo juvenil;
4. Desenvolver cursos de capacitação para o primeiro emprego.
5. Investir em programas esportivos e culturais voltados às juventudes;

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A **TERCEIRA E MELHOR IDADE**

Cada idade tem a sua beleza e essa beleza deve sempre ser uma liberdade.

Robert Brasillach

Aqueles e aquelas que contribuíram para o crescimento e progresso do município, a chamada terceira idade, também deve ser contemplada neste Plano de Governo.

Propostas

1. Ouvir o Conselho Municipal do Idoso na tomada de decisões;
2. Garantir e ampliar os serviços oferecidos pelo Centro de Convivência do Idoso;
3. Garantir o acesso à saúde;
4. Fazer busca ativa a idosos que não sabem ler e escrever e encaminhar ao CESU;
5. Desenvolver programas de empregabilidade para os interessados;
6. Desenvolver programas de empreendedorismo para a terceira idade;
7. Implantar cursos livres voltados à terceira idade.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA **EQUIDADE**

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade.

Aristóteles

Inobstante a Constituição Federal diga que todos são iguais perante a lei, os governantes devem buscar medidas para além da isonomia, implantando ações que garantam a equidade.

O Governo Municipal deve desenvolver políticas públicas direcionadas à toda a população, sem deixar nenhum grupo sem apoio.

Propostas

1. Garantir tratamento justo, isonômico e com equidade a todos os municípios independente de raça, cor, credo, gênero ou ideologia.
2. Desenvolver programas de inclusão;
3. Desenvolver programas de combate a qualquer forma de preconceito e discriminação.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Pessoas com deficiência merecem visibilidade diariamente e uma vida mais justa e acessível.

Inegavelmente a cidade, o município, deve ser para todos. As barreiras físicas, políticas e sociais que afastam as pessoas com deficiência devem ser removidas pelo Poder Público.

Propostas

1. Garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência na rede municipal de ensino;
2. Garantir às pessoas com deficiência o acesso às práticas esportivas;
3. Ouvir o Conselho Municipal específico na tomada de decisões;
4. Garantir os direitos das pessoas com deficiência na execução do plano de mobilidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O **BEM-ESTAR ANIMAL**

"Você conhece o coração de um homem já na forma como ele trata os animais."

Immanuel Kant

Na atualidade os animais domésticos convivem intensamente com os seres humanos e por isso mesmo é exigido políticas públicas que contemplem essa relação.

Propostas

1. Incentivar mediante campanhas permanentes a adoção responsável;
2. Fortalecer o centro de zoonoses;
3. Desenvolver campanhas de conscientização sobre a "não violência contra animais";

4. Manter e ampliar programas de esterilização e castração, atendendo aos tutores;
5. Apoiar abrigos e ONGs;
6. Oferecer serviços veterinários.

SANEAMENTO E SEGURANÇA HÍDRICA

Todos têm direito à água segura e ao esgotamento sanitário adequado, e todos têm o dever de defender e preservar a água para as presente e futuras gerações.

Saneamento e seguranças hídrica são duas matérias que se comunicam com praticamente todos os demais tópicos abordados neste programa de governo.

Propostas:

1. Rediscutir com a sociedade o Plano Municipal de Saneamento;
2. Garantir água de qualidade e em quantidade necessária para o abastecimento regular;
3. Preservar os mananciais;
4. Cuidar adequadamente da coleta das águas pluviais;
5. Cuidar adequadamente da coleta e tratamento de esgoto;

RESÍDUOS

Um dos grandes problemas da atualidade é o volume de resíduos gerados.

Propostas:

1. Garantir a coleta seletiva, ampliando campanhas de conscientização.
2. Estabelecer medidas para a coleta de lixo;
3. Redimensionar a coleta de resíduos sólidos.

DEUS, ITAÚNA, FAMÍLIA, LIBERDADE.